



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola em Portugal

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

05 de Junho 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.^a da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

JORNAL DE ANGOLA *On Line*

Quinta-feira, 05 de Junho 2025

Angola e Timor-Leste eliminam vistos em passaportes diplomáticos e de serviço

O acordo sobre isenção de vistos para titulares de passaportes diplomáticos e de serviço entre os Governos da República de Angola e da República Democrática de Timor-Leste está em vigor e publicado em Diário da República de 27 de Maio, conforme o Decreto Presidencial a que o Jornal de Angola teve acesso. o documento, considera-se que as relações de cooperação existentes entre o Governo da República de Angola e o Governo da República Democrática de Timor-Leste são baseadas no respeito mútuo e nos princípios e objectivos da Carta das Nações Unidas.

Segundo o documento, as partes têm todo o interesse no desenvolvimento das relações de cooperação existentes e a intenção de facilitar a mobilidade dos titulares de passaportes diplomáticos e oficiais/de serviço, permitindo a entrada, saída,

trânsito e permanência no território da outra parte sem necessidade de obtenção prévia de visto.

No Diploma, que está em vigor desde o dia 27 de Maio, os dois governos realçam a relação de amizade existente entre os dois países e desejam continuar a fortalecer essas relações com base na reciprocidade, facilitando a entrada dos nacionais da República de Angola e da República Democrática de Timor-Leste que sejam titulares de Passaportes Diplomáticos e Oficiais/de Serviço nos seus respectivos países.

O Acordo tem por objecto estabelecer as condições de isenção recíproca de vistos para os cidadãos nacionais das partes que sejam titulares de passaportes diplomáticos e oficiais/de serviço com um prazo de validade de pelo menos seis (6) meses.

Os cidadãos nacionais de ambos os Estados titulares de passaportes diplomáticos e oficiais/de serviço válidos e que são colocados numa Missão Diplomática, num Posto Consular ou Missão Permanente no outro Estado ou a um membro de uma

Organizações podem entrar, sair, transitar ou permanecer no território desse Estado durante todo o período da sua missão oficial.

O Estado Acreditante, acrescenta o documento, notifica previamente por via diplomática ao Estado Acreditador a chegada, o cargo e a função das pessoas acima mencionadas. Esta formalidade deve, igualmente, ser observada aquando da partida definitiva destas pessoas do território do Estado Acreditador.

Os cidadãos nacionais de ambos os Estados titulares de Passaportes Diplomáticos Oficiais/de Serviço válidos, que participem numa visita oficial, reunião ou conferência realizada no território de uma das Partes ou por uma Organização com a qual tenha sido celebrado um Acordo-Sede, estão isentos da obrigação de visto para a entrada no outro Estado, para uma estadia até noventa (90) dias, desde que não exerçam uma actividade lucrativa independente ou assalariada.

Os cidadãos nacionais de ambos os Estados titulares de Passaportes Diplomáticos e Oficial/de

Serviço válidos, que exerçam uma actividade temporária com uma duração inferior a noventa (90) dias junto de uma Missão Diplomática, de um Posto Consular, de uma Missão Permanente do seu respectivo Estado ou de uma Organização com a qual tenha sido celebrado um Acordo-Sede, estão isentos da obrigação de visto para entrar no outro Estado, e podem nele permanecer até noventa (90) dias, na medida em que não exerçam qualquer actividade lucrativa independente ou assalariada.

Cumprimento da legislação nacional

Segundo o documento, as partes trocam, por via diplomática, os modelos actuais dos documentos de viagem enumerados no artigo 1.º do presente Acordo, no prazo de trinta (30) dias, a contar da data de assinatura deste Acordo.

As partes tomam as medidas de segurança necessárias para proteger os seus passaportes e outros documentos de viagem contra falsificações, tendo em conta as normas mínimas de segurança para documentos de viagem legíveis por máquina recomendadas pela Organização da Aviação Civil Internacional.

O presente acordo não afecta as obrigações das partes decorrentes das convenções internacionais em que são signatárias, em particular a Convenção de Viena de 18 de Abril de 1961, sobre as Relações Diplomáticas, e a Convenção de Viena de 24 de Abril de 1963, sobre as Relações Consulares.

De acordo com o documento, o presente acordo pode, a qualquer momento, ser emendado por mútuo acordo, a pedido de qualquer das partes, através de uma notificação por escrito à outra parte. As emendas entram em vigor em conformidade com o disposto no n.º 1 do presente artigo.

Cada parte pode, a qualquer momento, notificar a outra parte, por via diplomática, da sua decisão de denunciar o presente acordo. A denúncia produz efeitos noventa (90) dias após a recepção da notificação pela outra parte.

Assinaram o presente acordo pelo Governo da República de Angola Tété António, ministro das Relações Exteriores, e pelo Governo da República Democrática de Timor-Leste, Bendito dos Santos

Freitas, ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. (J.A)++++

Unidade de Segurança Aeroportuária do AIAAN começa a funcionar em Agosto

A primeira fase das instalações definitivas da Unidade de Segurança Aeroportuária, no Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto (AIAAN), na província do Icolo e Bengo, fica concluída e entra em funcionamento em Agosto deste ano, informou, quarta-feira, no município de Bom Jesus, o ministro do Interior.

Manuel Homem, deu essa garantia, no fim da visita efectuada às estruturas do pelouro em funcionamento no AIAAN, concretamente nas áreas da Reserva do Estado afectas ao apoio e suporte ao empreendimento.

A futura Unidade de Segurança Aeroportuária, cujas obras estão com cerca de 60 por cento de execução física, vai substituir as duas unidades provisoriamente responsáveis pelo asseguramento físico dos objectivos estratégicos do aeroporto, afirmou.

O ministro do Interior, que constatou as condições de funcionamento da Unidade de Protecção Civil e Bombeiros, das Unidades Temporárias de

Asseguramento Físico do Aeroporto, da Sala de Controlo de Tráfego Aéreo, Serviço de Migração Estrangeiros, de Investigação Criminal, Polícia Fiscal e Aduaneira, fez uma avaliação positiva, tendo reconhecido que há ainda desafios por ultrapassar.
(J.A)++++

Deputados sugerem tributação alinhada com a realidade social do país

Asssembleia Nacional defenderam, quarta-feira, durante os debates na especialidade, uma reforma tributária profunda, que reflecta as condições reais da população e do sector empresarial, de modo a promover maior justiça e equilíbrio no sistema fiscal. O actual modelo de tributação, segundo os parlamentares, está desajustado da realidade económica do país, marcada por baixos rendimentos, elevado índice de informalidade e crescentes dificuldades enfrentadas tanto pelas famílias quanto pelas empresas.

A deputada Lurdes Caposso alertou para a falta de coerência e sensibilidade do sistema tributário vigente face à realidade económica do país, marcada por baixos rendimentos e elevados índices

de pobreza, tendo sublinhado que o actual ambiente de negócios é adverso. Acrescentou haver “poucos rendimentos” e que “tanto as pessoas colectivas como as empresas não estão a registar ganhos nem proveitos”.

A parlamentar questionou a lógica de se legislar sobre rendimentos e matéria colectável quando a maioria da população enfrenta sérias dificuldades financeiras. “Se o povo está sem rendimentos, porque a pobreza é real, então estamos a tributar como?”, interrogou-se Lurdes Caposso, dirigindo-se ao secretário de Estado Otoniel dos Santos.

Há dificuldades em conciliar os princípios legais à realidade socioeconómica do país, prosseguiu a deputada, que mencionou a complexidade de artigos que determinam o que é ou não considerado despesa, tanto na Lei do Mecenato como na Lei dos Benefícios Fiscais.

“Desde os artigos que definem a matéria colectável até aos que distinguem o que é gasto ou despesa, sinto que estou a legislar de forma injusta”, sustentou.

Por sua vez, o deputado Arsénio Satyohamba ressaltou os desafios enfrentados pelas empresas no actual ecossistema económico, sublinhando a importância dos processos de capitalização e investimento para a sustentabilidade dos negócios.

As empresas, disse, adoptam diversos mecanismos para salvaguardar activos, incluindo investimentos em imobilizados incorpóreos, que não reflectem necessariamente um aumento de capital humano ou da força de trabalho, mas espelham os investimentos em tecnologia e outros recursos essenciais.

“O ecossistema económico é desafiante. As empresas têm processos para capitalizar ou pôr reservas de investimento. Existem os imobilizados incorpóreos que são investimentos que, às vezes, não se reflectem directamente no aumento de pessoal, mas no avanço tecnológico”, destacou.

Para o deputado António Paulo, a preocupação prende-se com os desvios aos princípios da legalidade tributária por parte da Administração Geral

Tributária (AGT), sublinhando que tanto as matérias fiscais quanto a actuação da AGT devem estar estritamente subordinadas à lei.

“As matérias fiscais devem estar sujeitas ao princípio da legalidade tributária, e a actuação da Administração Geral Tributária como órgão da Administração também está sujeita ao mesmo princípio”, afirmou.

Governo anuncia ajustes na lei

Na sequência das questões apresentadas pelos deputados, o secretário de Estado para as Finanças e Tesouro, Ottoniel dos Santos, anunciou uma série de ajustes na proposta de Lei do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC).

O representante do Executivo justificou que as mudanças visam fortalecer a justiça fiscal, garantir maior eficiência na arrecadação e incentivar investimentos fora dos grandes centros urbanos, tendo dos ajustes destacado o papel central da Administração Geral Tributária na arrecadação de impostos de forma transparente, eficiente e equitativa.

Relativamente ao artigo 23.º, que trata das mais-valias, o secretário de Estado reforçou a manutenção da tributação sobre ganhos decorrentes da valorização de activos, incluindo variações patrimoniais e activos biológicos. Já na análise do artigo 26.º, que regula as despesas fiscalmente aceites, Otoniel dos Santos explicou que foi acolhida a proposta de clarificar o conceito de despesas ilícitas, excluindo-as da dedutibilidade.

Em relação ao artigo 32.º, que trata da entrega das declarações fiscais, disse que reforça a digitalização, mas permite, em casos excepcionais, a apresentação de documentos em formato físico.

O secretário de Estado destacou, ainda, a importância de contabilizar obras de construção de forma faseada, conforme o progresso da obra, para garantir uma apuração mais justa da matéria colectável e evitar concentração tributária ao final do projecto do artigo 22.º.

Sobre o regime de reinvestimento, informou que foi proposta a concessão de incentivos fiscais diferenciados, a dedução de até 80 por cento para

investimentos realizados fora de Luanda, das capitais provinciais e do município do Lobito, e 40 por cento para as regiões mais desenvolvidas.

"A medida busca estimular o desenvolvimento equilibrado e a atracção de investimentos para regiões menos favorecidas", realçou. (J.A)++++

República Centro-Africana agradece apoio de Angola para pacificação do país

A República Centro-Africana (RCA) enalteceu, quarta-feira, todo o apoio recebido de Angola para a estabilidade daquele país, localizado no Centro do continente africano. O reconhecimento foi expresso, em Luanda, pelo ministro das Finanças daquele país, no fim da audiência que lhe foi concedida pelo Presidente da República, João Lourenço, no Palácio da Cidade Alta.

Hervé Ndoba, que se deslocou a Luanda na qualidade de enviado especial de Faustin-Archange Touadéra para entregar uma mensagem ao homólogo João Lourenço, referiu que o Roteiro de Luanda abriu caminhos para que a RCA conhecesse a paz e a estabilidade que desfruta hoje. "Vimos, por

isso, dizer a Sua Excelência o Presidente da República de Angola os passos a seguir ao Roteiro de Luanda e de como serão, de facto, implementados", ressaltou o enviado especial.

Hervé Ndoba informou, por outro lado, que o encontro permitiu reportar ao Estadista angolano outras situações relacionadas com a RCA, no quadro do que chamou de relações seculares de amizade e de fraternidade existentes entre os dois países.

"Aproveitamos, também, a oportunidade, porque o Presidente da República de Angola agora tem duas funções. É Presidente de Angola, mas, também, é o nosso Presidente da União Africana. Nas vestes de Presidente da União Africana, nós, os Estados-membros, temos essa necessidade de reportá-lo sobre os avanços das nossas situações internas", acentuou.

Hervé Ndoba fez saber que o actual quadro de estabilidade da RCA vai a par com a de segurança. "Como eu disse, foi um trabalho muito aturado em

termos de segurança, que nos trouxe uma estabilidade política", aclarou.

Neste momento, prosseguiu o enviado especial de Touadéra a Luanda, a República Centro-Africana vive uma estabilidade política e de segurança "muito boa", tendo, a título de exemplo, informado que o país vai realizar, no fim deste ano, eleições locais e gerais.

O ministro disse que a expectativa da população centro-africana é que essas duas eleições se transformem em verdadeiros momentos de festa, tendo em conta a tendência de estabilidade que o país já leva.

A estabilidade política e militar, disse, estão a permitir à República Centro-Africana avançar para a estabilidade económica, com vista ao desenvolvimento do país. No quadro do desenvolvimento que se pretende para a RCA, o enviado especial de Touadéra a Luanda disse ter sido elaborado um Plano Nacional de Desenvolvimento 2024-2028, que visa, exactamente, o progresso do país.

A República Centro-Africana atravessou um mau momento político, agravado, sobretudo, depois do anúncio dos resultados das eleições presidenciais e legislativas que reconduziram Faustin Touadéra ao poder.

Dez candidatos que participaram na corrida presidencial rejeitaram os resultados e exigiram a anulação dos resultados e a retoma total do processo eleitoral.

Os candidatos da oposição alegaram "numerosas irregularidades que, no seu entender, marcaram as eleições". Entretanto, o Tribunal Constitucional da República Centro-Africana validou a reeleição de Faustin-Archange Touadéra, na primeira volta, com 53,16 por cento dos votos, rejeitando, deste modo, os recursos dos opositores, que alegavam "fraude eleitoral generalizada".

A União Africana (UA), União Europeia (UE), Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) elogiaram, através de uma declaração conjunta, a determinação dos centros africanos

em exercer o direito de voto, apesar dos muitos obstáculos.

No âmbito das acções viradas para uma África mais pacífica, o Presidente João Lourenço desencadeou, na qualidade de presidente da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), várias actividades, com destaque para a realização de cimeiras em Luanda, com o objectivo de ajudar a RCA a ultrapassar o mau momento político que vivia. (J.A)++++

“Com compromisso político e acções concertadas, podemos vencer a cólera”

O Chefe de Estado e Presidente da União Africana, João Lourenço, afirmou, quarta-feira, que é possível controlar e vencer a cólera, com resposta rápida, integrada e coordenada, compromisso político e acções concertadas. Ao discursar numa reunião presidencial de emergência sobre a situação da cólera em África, iniciativa do Presidente da Zâmbia, Hakainde Hichilema, que é o Campeão da União Africana para o Combate à Cólera, o Estadista angolano alertou que a luta contra o surto não pode ser ganha apenas com medidas imediatas,

porque exige uma abordagem estratégica, integrada e duradoura.

“Enfrentar esta doença significa investir de forma robusta nas infra-estruturas essenciais, aproveitando o momento para transformar desafios históricos em oportunidades reais de desenvolvimento económico e social”, disse João Lourenço, durante a reunião de alto nível realizada em formato virtual pela África-CDC, Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças.

O líder da União Africana sublinhou, ainda, que nos encontramos, hoje, “diante de um desafio que exige não apenas acção imediata, mas uma visão estratégica e sustentada para o futuro do nosso continente”, enfatizando que “a cólera é muito mais do que uma emergência sanitária, representa um grande obstáculo ao nosso desenvolvimento económico, social e humano”.

A cólera, admitiu o Presidente João Lourenço, “abre igualmente oportunidades únicas para resolver antigos problemas estruturais, através de soluções inovadoras e sustentáveis”, citando como

exemplo o investimento em “infra-estruturas adequadas de água, saneamento e saúde pública, não apenas para salvar vidas, mas também para gerar ganhos económicos e financeiros concretos, criando as bases sólidas para sociedades mais saudáveis, resilientes e prósperas”.

Esforços de Angola e resultados concretos

Sobre a realidade de Angola, o Presidente da União Africana revelou que o país enfrenta, desde o início do corrente ano, um novo surto, com 24.536 casos e 718 óbitos até ao dia 2 de Junho, apresentando uma taxa de letalidade de 2,9 por cento.

A baixa das estatísticas, disse João Lourenço, deve-se “às medidas imediatas tomadas pelo Governo e parceiros”, congratulando-se com o facto de o país começar já a observar melhorias claras em várias províncias.

“Os nossos esforços começam a ter resultados concretos e estão efectivamente a salvar vidas”, salientou o Chefe de Estado angolano, para quem é urgente que, enquanto líderes africanos, “devemos assumir o controlo das soluções sanitárias do nosso

continente, apostando na capacidade africana para produzir vacinas, medicamentos e equipamentos médicos essenciais, devendo a nossa solidariedade continental traduzir-se em acções concretas e estruturais”.

O Estadista angolano considera que a “dependência exclusiva de importações externas limita a nossa capacidade de resposta e compromete a soberania sanitária”, assegurando que Angola “está fortemente empenhada em desenvolver capacidades nacionais para a produção de medicamentos e de vacinas”.

O objectivo, acentuou João Lourenço, é o de atender não apenas às necessidades internas, mas também contribuir para as necessidades continentais, reforçando assim a segurança sanitária de África.

“É nossa convicção de que a produção local é uma prioridade estratégica, representando, também, uma oportunidade significativa de diversificação e crescimento económico para o nosso continente, sendo este investimento uma afirmação clara

do nosso compromisso em promover a autossuficiência sanitária e económica de África”, sublinhou.

O encontro serviu para analisar o ponto de situação do surto de cólera que atinge numerosos países de África, com maior incidência em quatro nações, designadamente Sudão, Sudão do Sul, RDC e Angola.

Os vários Chefes de Estado que tomaram parte nos trabalhos, de entre eles Félix Tshisekedi, do Congo Democrático, Netumbo Ndaitwah, da Namíbia, John Dramani, do Ghana, e Lazarus Chakwera, do Malawi, foram unânimes em admitir que o recrudescimento da cólera como epidemia em África é o resultado da falta de investimento, durante décadas, em infra-estruturas de saúde, água, saneamento e higiene, e que o continente “não deve aceitar a cólera como algo normal”. . (J.A)++++